

Dossiê G20 - Brasil

O Brasil assumiu a presidência anual do G20 Financeiro em primeiro de dezembro de 2023. E a realização da Cúpula no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 será, sem dúvida alguma, o principal evento da política externa do País neste ano. Sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o Brasil priorizou três eixos: combate à fome, pobreza e desigualdade; emergência climática e a reforma da governança global. O sistema que orienta a organização do G20 é o da “troika”: o país que antecedeu a atual presidência (no caso, a Índia em 2023) e aquele que o sucederá (a África do Sul em 2025) participam ativamente da agenda organizada pelo Brasil. Por esse instrumento, o país-sede sempre tem uma autonomia relativa e deve dar continuidade às discussões anteriores. No entanto, nesse caso, há uma configuração interessante, pois, tanto Brasil e Índia quanto África do Sul são integrantes do Brics, isso fortalece a possibilidade de elaborarem pautas conjuntas que toquem em interesses comuns dessa coalizão.

Embora o G20 Financeiro tenha como foco principal temas relacionados com a economia e finanças globais, o fato é que a geopolítica permeia sua agenda. Durante a presidência brasileira, a Guerra na Ucrânia (iniciada em fevereiro de 2022) e a guerra na Faixa de Gaza, que já ceifou a vida de mais de 40 mil palestinos e palestinas e tornou a vida praticamente inviável diante da destruição causada pelos ataques israelenses, que ocorrem desde outubro de 2023, são temas que entram nos debates dos chefes de Estado e de governo. Desde os bombardeios a Faixa de Gaza, a instabilidade no Oriente Médio aumentou e, após os ataques de Israel ao território libanês e da crescente hostilidade entre Teerã e Tel Aviv, surgiu no horizonte o risco da guerra se alastrar para outras partes da região. Ainda que não haja consenso a respeito do que deve constar na declaração que costuma ser publicada ao final de cada

Cúpula do G20, os temas centrais da geopolítica global fazem parte da agenda de discussão das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana, que estreou como membro do Grupo neste ano.

Para o Brasil, a Cúpula representa uma oportunidade para difundir sua política externa e reforçar a necessidade de reformar os espaços de governança global com poder de decisão, como o Conselho de Segurança da ONU ou o Fundo Monetário Internacional. O G20 funciona como um espaço de diplomacia para angariar apoios nesse sentido, mas há disputas com outras forças que pretendem manter o “status quo”, como a União Europeia e os Estados Unidos.

Os nove textos que compõem este Dossiê foram escritos por pesquisadores/as do Grupo de Reflexão sobre o G20 no Brasil do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que reúne acadêmicos de diferentes universidades do Brasil e cobrem os três eixos que orientam as discussões da Cúpula presidida pelo Brasil.

No primeiro artigo intitulado “A geopolítica contemporânea e a presidência do Brasil no G20”, Tatiana de Souza Leite Garcia e Robson Coelho Cardoch Valdez apresentam um panorama da geopolítica contemporânea e analisam os desafios do Brasil na consecução dos temas prioritários da agenda do G-20. Em seguida, o foco do artigo de Vinicius Ruiz Albino de Freitas e Marcos Cordeiro Pires é a ascensão da China e a transformação da ordem global. Os autores discutem as iniciativas globais da China e como o país busca ampliar sua influência por meio dos Brics e do G20 Financeiro. O terceiro artigo é dedicado a análise do ingresso da União Africana (UA) no G20 e seus impactos no sistema internacional. Anselmo Otavio e Natalia Fingeremann abordam três objetivos específicos: compreender a relação entre as potências tradicionais, emergentes e o Renascimento Africano; discorrer sobre a importância da African Continental Free Trade Area (AfCFTA) em equilibrar

preceitos defendidos pelas potências tradicionais e emergentes; e, por fim, destacam os principais desafios que a UA poderá encontrar dentro do G20.

Os dois artigos seguintes tratam da emergência climática. Carlos Eduardo Siqueira e Edir Veiga analisam como a Amazônia tornou-se um dos eixos da política externa do Governo Lula ³. Os pesquisadores buscam compreender qual o lugar da Amazônia na agenda do G20 e como o governo brasileiro tenta convencer os demais membros do Grupo a respeito da importância de destravar ou criar mecanismos de financiamento para reverter a degradação do bioma. A transição energética é o tema do artigo de Jefferson dos Santos Estevo, Lais Forti Thomaz e Amanda Duarte Gondim. Eles discutem como as agendas das mudanças climáticas e transição energética, com o papel dos biocombustíveis, devem auxiliar na reconstrução da política externa brasileira, após os retrocessos do governo Bolsonaro (2019-2022). E questionam como a presidência do Brasil no G-20 pode auxiliar a liderança do país na transição energética global e combate às mudanças climáticas.

A busca de consenso para a construção de uma reforma tributária internacional é analisada por Neusa Bojikian. No artigo ela apresenta os principais pontos defendidos pela administração Biden no tema e investiga como a estratégia de Biden busca responder as críticas sobre evasão fiscal corporativa sem confrontar significativamente os interesses das multinacionais, especialmente no setor de tecnologia. Em seguida, Gilberto Franca, Alina Ribeiro e Carolina Albuquerque Silva estudam a participação social no G20 e como a presidência brasileira busca estimular a presença de diferentes setores da sociedade e sistematizam o processo de criação e funcionamento do G20 Social e mapeiam os limites e possibilidades para a participação social nessa instância de articulação internacional. O enfoque teórico utilizado é o da geopolítica crítica, que busca superar o estadocentrismo da geopolítica tradicional e incorporar os atores não estatais na análise da política internacional.

Giulia Barão estuda como o tema da cultura está presente nas Cúpulas do G20 sob as Presidências da Arábia Saudita (2020), Itália (2021), Indonésia (2022), Índia (2023) e Brasil (2024). Em seu artigo, ela busca identificar os paradigmas predominantes nesses documentos e mostrar que, apesar de ser recente no G20, o estudo da cultura possui larga trajetória nas relações internacionais, em que a cultura é vista a partir de sua dimensão política, associada a temas como a autodeterminação dos povos, a luta contra o racismo e a busca por justiça social. O dossiê fecha com o artigo de Roberto Goulart Menezes, Jorg Nowak e Marina Bolfarine Caixeta, que analisam a politização das desigualdades na Cúpula do G20 no Brasil e as propostas apresentadas pelo País para combater as crescentes desigualdades, que aumentam a polarização mundial.

Agradecemos aos editores da Revista de Geopolítica, professores Edu Silvestre de Albuquerque e José Alexandre Altahyde Hage, por acolherem nossa proposta de abordar diferentes dimensões da Cúpula do G20 no Brasil e seus possíveis desdobramentos na geopolítica global. Também agradecemos ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF, processo 291/2023) e do Instituto de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU: Processo CNPq 465460/2014-3 e Processo FAPESP 2014/50935-9).

Roberto Goulart Menezes

Professor Associado IV do Instituto de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília.